



## **A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA PROPOSTA INCLUSIVA**

Maria Thaís de Oliveira Batista; Jardiene Manuela Santos da Silva; Francisco Roberto Diniz Araújo; Vanessa Nicolau Freitas dos Santos.

*Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, [taholiveira.thais@gmail.com](mailto:taholiveira.thais@gmail.com);*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, [jardienemanu@hotmail.com](mailto:jardienemanu@hotmail.com);*

*Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, [robertodinizaemd@hotmail.com](mailto:robertodinizaemd@hotmail.com);*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, [vanessa.nfsantos@gmail.com](mailto:vanessa.nfsantos@gmail.com).*

**Resumo:** A Alfabetização de pessoas com Deficiência Intelectual, numa proposta da Educação Inclusiva dentro do ensino regular, se faz necessário e pertinente que aconteça em todas as escolas, pois todos os alunos são capazes de aprender. Devem-se levar em consideração as diferenças individuais e o grau do seu nível de aprendizado. Cada aluno envolvido é capaz de se desenvolver-se, desde que haja um ambiente propício e uma metodologia adequada. Aos profissionais envolvidos, cabe-lhes o papel de mediadores do processo ensino-aprendizagem, sendo um orientador e observador. Dentro dessa abordagem, o educador é o facilitador da construção do conhecimento, considerando as diferenças individuais, como as habilidades, ritmos e capacidades, para lidar com o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) de alunos Especiais com Deficiências Intelectuais. O professor precisa ser um articulador criativo, facilitar a construção do conhecimento, considerando suas diferenças individuais, usar práticas heterogêneas, articulação entre educadores com ajudas especializadas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), interação com os pais, recursos lúdicos e tecnológicos, jogos diversos, material concreto dentre outros. A Educação Inclusiva direcionada para deficientes intelectuais, representa um desafio aos educadores atuais na busca de caminhos e meios efetivos para definir a sua política de ação, possibilitando uma melhor inclusão de crianças em salas de ensino regular. Diante do estudo realizado, percebe-se que o ensino regular atende, com lacunas, os nossos deficientes intelectuais, ora por carência familiar de reconhecer o aluno como deficiente, ora por não buscar em centros de atendimentos especializados, (laudos) comprobatórios da deficiência citada, para que a escola insira no Censo esse aluno, pois, só assim, a escola será beneficiada com recursos para implantação da sala de (AEE), para que seja efetivado o Atendimento Educacional Especializado no contra turno do Ensino Regular.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Inclusão. Deficiência Intelectual.

### **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo, analisar a alfabetização em turmas do ensino regular de crianças com deficiência intelectual, numa proposta inclusiva. Para atingir satisfatoriamente o conhecimento sobre o tema abordado, foi feita uma pesquisa bibliográfica, que veio de encontro aos anseios do trabalho que aqui se concretiza, no campo teórico, prático, das metodologias empreendidas e técnicas de alfabetização de pessoas com deficiência intelectual dentro do ensino regular.

A construção do Sistema Educacional de Alfabetização (SEA) de pessoas com deficiências intelectuais, no ensino regular educacional, é um processo cheio de desafios e



demandas de várias vertentes, organizações que tenham efeito efetivo, no ato de incluir dentro da instituição escolar, que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos.

De acordo com Sasaki (2006), a integração propõe a inserção total, para isso é que a escola como a instituição mantenedora de ações norteadoras de integração e inclusão, precisa legitimar uma prática pedagógica construtiva centrada num princípio da confiança mútua, da expectativa voluntária positiva. Romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias eficientes e adequadas, pois, todos os discentes são capazes de aprender. Devem-se levar em consideração as diferenças individuais e o seu nível de aprendizado.

Uma educação de qualidade para todos, consiste, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que se refere não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme cita a Declaração de Salamanca (1994, p.8-9): “[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos”.

A educação especial que por muito tempo se restringiu a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede regular de ensino, assim como na sala de atendimento educacional especializado, visando oferecer um atendimento que venha suprir a necessidade educacional deste tipo de aluno.

### **Metodologia**

Mediante o objetivo almejado para este artigo, foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de se obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado. A pesquisa bibliográfica é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Através da pesquisa exploratória, é notório que esta se concebe como de grande relevância para as metas que se deseja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se pode consultar diferentes obras e autores, ou seja, contribuindo, assim, para a qualidade final do seu trabalho.

Para Gonçalves (2001), a pesquisa bibliográfica faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras



teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação a explicação do seu objeto de estudo.

É por meio desse tipo de pesquisa que se pode dar seguimento a um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto. Podendo, assim, compreender de diferentes ângulos os pontos de vista de teóricos estudiosos do assunto, e consequentemente, fazendo com que possamos construir nosso próprio posicionamento diante do tema.

### **Análise histórica da Educação Inclusiva no Brasil**

Analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e o Instituto dos Surdos – INES, ambos do Rio de Janeiro.

No início do século XX é formado o Instituto Pestalozzi em 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Ministério da Educação). Nesse período histórico, corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também questionamentos dos modelos análogos do ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.

O direito ao ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade, porém isso nem sempre acontecia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) estabelece o direito a todos a educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme enfatiza o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional:



Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entretanto, o referido artigo rege a educação de todos, sem exceção e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Constituição Federal de 1988 já sinalizava para a implantação no nosso país, da educação inclusiva. “O ‘artigo 208, III, de nossa Carta Magna prescreve que’ o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhoria para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p.17).

O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com Necessidade Educacional Especializada (NEE), sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos.

De acordo com a autora supracitada, para concretizar os desafios e objetivos da rede educacional, esta se deve direcionar e centrar-se nos quatro pilares básicos da educação “Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser” (SANCHEZ, 2005, p.10).

### **Deficiência Intelectual ou Atraso Mental**

Deficiência intelectual ou atraso mental é um termo utilizado em que a pessoa manifesta limitações nas capacidades mentais, na comunicação, no cuidado pessoal e no relacionamento social. Tais limitações propiciam lentidão na aprendizagem das crianças que têm este problema. Por esse motivo levam muito tempo para desenvolver as competências básicas nas atividades do cotidiano.

As causas mais comuns, segundo investigadores, estão nas condições genéticas, originadas por genes anormais herdados dos pais, por erros ocorridos durante a combinação entre um gene e outro, ou ainda, por outras razões de natureza genética. Problema durante a gravidez ocasionado por desenvolvimento inadequado do embrião ou feto, durante a divisão



celular. Quando a mulher grávida é alcoólatra, ou tenha contraído alguma infecção durante a gravidez, ou mesmo doenças como sarampo e meningite.

A má alimentação em excesso, contato com venenos do tipo, mercúrio ou chumbo, além de problemas relacionados ao nascimento, é exemplo da falta de oxigênio. Tais causas não evidenciam por si só, uma deficiência intelectual, porém, subsidiam riscos de pequenas e grandes incidências. Compete à mulher grávida, evitar o consumo de álcool, manter uma alimentação saudável e equilibrada e, manter os cuidados necessários para que não venham contrair, problemas de saúde, que afetem o embrião.

A Deficiência Intelectual, não é considerada doença, daí porque não há contágio, para outras pessoas do convívio, porém, não tem cura, havendo casos em que a criança aprende a desenvolver várias atividades úteis à vivência, necessitando de mais tempo e apoio, no que se refere ao processo de absorção dos conhecimentos.

A Deficiência Intelectual é diagnosticada através do funcionamento cognitivo ou intelectual, que se manifesta na capacidade do cérebro ao aprender, pensar e, resolver problemas. Também é levado em conta o comportamento adaptativo ou funcionamento adaptativo, observado através da forma como a pessoa lida com a autonomia e independência. Esse diagnóstico é realizado por profissionais à exemplo de psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, levando em consideração a observação e análise feita pelos familiares e educadores, com o intuito de comparar as habilidades da criança, com as daquelas tidas como normais.

### **Inclusão de Pessoas com Deficiência Intelectual no Ensino Regular**

A escola é a segunda instituição a ser inserida na vida de uma criança depois da família. Mas ainda tem sido pouco discutido nas escolas e pouco abrangente a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, principalmente em salas regulares, como pode se dar o ensino-aprendizagem e do quanto esses alunos podem fazer para conquistar o rumo de sua autonomia a uma educação de qualidade.

Sabe-se que todo aluno que apresenta dificuldades intelectuais tem direito a uma educação de qualidade, tem potencial e aptidão para aprender, e melhorar suas vidas, e a dos outros. Essas pessoas podem apresentar reflexos de autonomia para fazer suas próprias escolhas, demonstrar preferências e em alguns casos específicos, desenvolverem inclusive o controle sobre o seu ambiente, norteando seu posicionamento em relação as suas



necessidades, frente ao ensino e aprendizagem e demonstrarem sua autonomia nos seus relacionamentos interpessoais de forma significativa.

Antes de 1971, alunos que apresentavam deficiências intelectuais profundas e outros de deficiências como: deficiências sensitivas (perda auditiva e visual), autismo, doenças mentais, epilepsia, deficiência física ou condições de saúde debilitantes, tinham seus direitos negados ao sistema educacional, considerados um grupo descaracterizado e sem condições de aprender a ler nem a escrever, numa abordagem tradicional do ensino-aprendizagem, em que a maioria vivia excluída em casa ou em instituições.

Atualmente as necessidades e os direitos são reconhecidos e garantidos por lei, ou seja, não podem ser ignorados, foram ampliados graças aos avanços das ciências e do desenvolvimento tecnológico. Um grande número de pessoas com deficiências intelectuais estão frequentando as escolas, amparadas pela ajuda e desenvolvimentos das ciências médicas, profissionais, psicológicas e pedagógicas. Tais ciências tem sido a bússola de orientação, capaz de fomentar meios e alternativas em que vidas com necessidades especiais sejam respeitadas, recuperadas e integradas na escola, dentro da diversidade dos limites que os impõe, mas permeando caminhos a fim de serem superadas outras dificuldades.

Ao pensar em inclusão, é necessário refletir de fato, já que se trata de um tema delicado e complexo do ponto de vista educacional, portanto, a escola precisa romper com a perspectiva homogeneizadora, adotar estratégias educacionais e pedagógicas para assegurar e viabilizar um conjunto de ações e medidas significativas.

Adotando estratégias de ensino criativas e acolhedora, considerando as especificidades de cada um, os conhecimentos prévios, do espaço físico adequado e disponível, da experiências dos profissionais envolvidos, da observação do professor com um olhar de sensibilidade e acuidade, além de uma formação inicial e continuada, que o prepare teoricamente, dando-lhes subsídios práticos para assumir o compromisso profissional e necessário, numa direção de perceber e nortear as diferenças eminentes e ao mesmo tempo de acolher a todos com afetividade, dispensando tratamento igualitário.

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas e seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11).



Uma escola inclusiva significa verdadeiramente um ambiente envolvente, eficiente, aberto, solidário e democrático, na qual as ações, as atitudes, ultrapassam as limitações de integração e alcance a inclusão, um espaço onde todos se pertencem, sejam aceitos, apoiados, acolhidos pelos membros da comunidade escolar, resultando num processo mútuo, de apoio e mudanças qualitativas e quantitativas do meio, favorável ao desenvolvimento do aluno.

Numa perspectiva homogeneizadora, adotando estratégias que assegurem os direitos de aprendizagem de todos e desenvolvam o interesse e uma autoimagem do educando. Nessa direção norteadora é preciso que se permita ao educando o acesso a tudo, eliminando toda e qualquer barreira existente. Isso pode ocorrer através da utilização de jogos, brincadeiras, entre outros recursos pedagógicos.

## **Conclusões**

Diante do estudo realizado, percebe-se que o ensino regular atende, com lacunas, os nossos deficientes intelectuais, ora por carência familiar de reconhecer o aluno como deficiente, ora por não buscar em centros de atendimentos especializados, (laudos) comprobatórios da deficiência citada, para que a escola insira no Censo esse aluno, pois, só assim, a escola será beneficiada com recursos para implantação da sala de (AEE), para que seja efetivado o Atendimento Educacional Especializado no contra turno do Ensino Regular.

No Atendimento Educacional Especializado, o professor fará junto com o aluno a identificação das barreiras que ele enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem ou o limitam de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Identificando esse “problemas” e também identificando as habilidades do aluno, o professor pesquisará e programará recursos ou estratégias que o auxiliarão, promovendo ou ampliando suas possibilidades de participação e atuação nas atividades, nas relações, na comunicação e nos espaços da escola.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

É fundamental para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, que o aluno sintase aceito, fazendo parte do contexto, participando de todos os momentos oferecidos nas aulas.

Quanto aos materiais didáticos oferecidos em sala de aula, como os livros didáticos, por exemplo, é necessário que o aluno com deficiência, também receba e tenha os seus, mesmo que este não saiba ou consiga realizar leitura e/ou escrita de forma convencional. O

aluno pode estar acompanhando as leituras e as explicações junto de outro aluno ou até mesmo com a professora. Estando com o livro, seu interesse, atenção e participação podem ser melhores.

Antes de iniciar a atividade de leitura, o professor deve estar orientando para que o aluno esteja atento, preste atenção durante esta atividade, procurando auxiliar o atendimento para que o mesmo também participe dos questionamentos e explicações quanto à interpretação. É indispensável que haja um trabalho em conjunto com a sala e os demais alunos, estimulando o bom relacionamento e cooperação entre todos. Proporcionando desta forma, companheirismo, aceitação e amizade entre todos na sala de aula, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e o potencial de cada aluno, no respeito as suas diferenças.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição (1998)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 25 de Setembro de 2016.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio á Gestão Educacional. Caderno de educação especial. **A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Caderno do coordenador e formador. **Saberes e prática da inclusão**. São Paulo, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2001.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, São Paulo, p.17, set. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.